

Item 87 e auto
Univ. F. SP. p. 3 22/12/80

Ives Gandra da Silva Martins

062/87.

O BALANÇO DE 87 E AS PERSPECTIVAS PARA 88

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Titular de Direito Econômico
da Faculdade de Direito da Universidade
Mackenzie e Presidente da Academia Internacional
de Direito e Economia.

O ano de 1987 não foi bom. Nem para a política, nem para a Economia, nem para a questão social. O Brasil encontra-se moribundo, com todos os segmentos da sociedade revelando os sintomas do mal maior que afeta a Nação, que é a desesperança e a falta de horizontes para a crise.

Os horizontes, porém, existem e estão aí, podendo ser descortinados se houver vontade política. A Nação, de rigor, depende de um homem que ainda não assumiu a presidência, mas que se a assumir, nestes 15, 27 ou 39 meses que lhe restam, poderá reverter o curso da história.

O Brasil tem potencialidades, mas ainda não tem presidente.

O que precisaria fazer o presidente, se desejasse realmente assumir o cargo que exerce e não apenas sentar-se na cadeira presidencial, visto que é um homem digno e foi bom parlamentar?

De início, precisaria repor a Economia em marcha, sem desconher a realidade internacional.

O quadro internacional para 1988 é negro. Cinco fatores -de impossível solução a curto prazo- projetam problemas para todo o mundo, que, se corretamente administrados, poderão apenas gerar recessão e, se incorretamente, violenta depressão, a saber: 1) a dívida americana, que -para ser mantida ou diminuída- exigirá sacrifícios governamentais em ano eleitoral, sobre poder gerar aumento das taxas de juros mundiais, se aumentada a custo de obtenção de recursos no sistema financeiro, pelos caminhos tradicionais; 2) o "deficit" público americano, que -para ser reduzido- exigirá sacrifícios de despesas e investimentos governamentais, com reflexo imediato no comportamento da Economia estadunidense, numa primeira etapa; 3) o saldo negativo de

Ives Gandra da Silva Martins

2.

sua balança comercial, que -para ser reduzido- exigirá medidas mais protecionistas no comércio americano com o resto do mundo, com repercussões sobre todos os países exportadores para os Estados Unidos; 4) a dívida externa do terceiro mundo, de impossível solução a curto ou médio prazo, exigindo medidas protetoras do sistema financeiro, com possível elevação compensatória das taxas de juros para absorção parcial dos prejuízos e 5) a guerra Irã-Iraque, não permitindo a redução do preço do petróleo, que sem ela, estaria em patamares mais confortáveis para todos os países dele importadores.

À evidência, em uma economia avançada, os reflexos de uma crise mundial são absorvíveis pelos métodos clássicos, quase sempre monetários, com redução do processo produtivo, taxas suportáveis de desemprego, elevação moderada da inflação, quase sempre simultaneamente decorrencial e produtora da elevação dos juros, e readequação de metas e planejamentos, com busca de melhoria na produtividade de forma compensatória à redução do mercado consumidor para obter competitividade crítica.

Todavia, a elasticidade das economias desenvolvidas é infinitamente menor que a das economias subdesenvolvidas. A superioridade nas técnicas de controle e competitividade tecnológica não substitui a inferioridade dos espaços a serem conquistados, quase todos já preenchidos.

Os países em desenvolvimento, que perdem em tudo no enfrentar uma crise mundial -inclusive na competitividade de seus produtos colocada em patamar incomensuravelmente mais agudo- ganham nos espaços vazios a serem ocupados, pois sua elasticidade de desenvolvimento é maior.

O Brasil entre estas nações é aquela que mais espaços possui, de um lado, e mais avançada em relação a seus concorrentes subdesenvolvidos está, de outro.

Não obstante a teimosia dos ministros, que entendiam ser a Economia uma ciência ideológica e não psico-social, o parque industrial foi depredado por políticos insensatos e voltados à premiação da incompetência pública e à punição da eficiência empresarial. Não está, entretanto, sucateado.

Com um novo Ministro da Fazenda, se o presidente assumir a presidência,

.3.

poderia voltar o leme da embarcação, que está lançado em rota de colisão, para a recuperação do setor privado, punindo à ineficiência estatal e premiando à eficiência privada.

De início, deveria este Ministro sustar qualquer aumento tributário para não reduzir o poder aquisitivo do povo brasileiro, visto que o primeiro mercado a ser valorizado terá que ser o interno -de elasticidade superior ao dos países desenvolvidos-, em momento de crise externa delineada. A tabela da declaração deveria ser reajustada em 364% e não 250%, com o que o dinheiro ganho pelo cidadão ficaria com o cidadão, que sabe melhor o que com ele fazer do que o Estado.

Deveria, por outro lado, incentivar as empresas a lutarem contra a inflação, reduzindo o imposto sobre a renda para aquelas, que, simultaneamente, reduzissem seus preços abaixo da inflação por períodos de 1 ano, obrigando seus concorrentes a segui-las.

Teria que atrair, por outro lado, o capital estrangeiro, reduzindo a burocracia do Banco Central e demonstrando, de forma inequívoca, a sua preferência pela economia de mercado, sem necessidade de alteração da legislação atual, mas apenas com a desregulamentação de mecanismos complicados, em nível de atos administrativos, no campo de seu poder regulamentador. Poderia rever, inclusive, o capítulo das reservas, que mais problemas que benefícios tem trazido ao país.

Paralelamente, partiria para a privatização de todas as empresas não essenciais e fechamento das inúteis, reduzindo em 1/3, pelo menos, seu arsenal empresarial deficitário. A despedida de empregados de tais empresas, com a retomada da produção privada, seria socialmente nula, visto que tal mão de obra seria facilmente reabsorvida pelo setor privado.

A redução dramática do segmento empresarial público corresponderia a uma brutal redução de despesas públicas (o orçamento das estatais é 3 vezes maior que o orçamento fiscal), com conseqüente menor necessidade de recursos financeiros (as taxas de juros tenderiam a cair, levando de roldão a inflação), de emissão de moeda e expansão decorrencial dos meios de pagamentos, assim como de tributos mais elevados.

.4.

Toda a causa da inflação está no governo. Na indisciplina de tratar com a moeda e o crédito. Nos desperdícios, nas concessões políticas, nos projetos faraônicos. Todas as demais inflações, de custo, demanda, importada, de bem estar social etc. são inflações decorrenciais.

A própria inflação inercial é decorrência da inflação oficial, sendo seu principal sub-produto.

Com a contenção de despesas públicas por ato de vontade política inabalável, à evidência, deixar-se-ia de combater os sintomas da doença, a febre, e passar-se-ia a combater o próprio virus que debilita o organismo social.

Como a Economia é uma ciência psico-social, a retomada natural das leis de mercado -com redução de tamanho de seu principal elemento perturbador, que é o Estado- por tal atitude presidencial, que aprenderia que a primeira virtude de um presidente é saber dizer NÃO -fatalmente provocaria a atração de recursos de fora, mormente com a perspectiva de retração dos mercados desenvolvidos, em face da crise que se delineia no mundo.

À volta ao FMI seria excelente, visto que o FMI não sugere controle do segmento privado, mas apenas o controle dos desmandos públicos e é bom que tal auto-controle substitua, por sugestão do FMI, o descontrole que tomou conta da política econômica do governo, desde que decidiram as autoridades que o direito de desperdiçar o dinheiro do povo, sem consultar o povo, é ato de soberania plena e intocável, dispensando-se conselhos externos contra o desperdício.

À volta ao FMI, que apenas deseja estabilidade da moeda nacional, sobre tornar confiável o país junto à Comunidade financeira internacional, facilitaria o ingresso dos recursos de risco de que estamos necessitados.

À evidência, o problema político teria que ser enfrentado. Hoje, todavia, as esquerdas, depois que seu controle sobre os poderes nacionais foi detectado, tiveram suas forças reveladas e percebeu a Nação que são insuficientes para obstaculizarem o retorno ao centro liberal, que deve orientar a política de qualquer país, que opte por uma economia de mercado.

.5.

A própria Constituinte revela hoje as mais variadas tendências, o que é útil, visto que do amplo debate democrático surge a solução consensual, necessariamente de centro, afastados os excessos esquerdistas ou direitistas. Nem golpes de Estado da direita, nem golpes regimentais da Esquerda.

A batalha pelo Regimento foi uma batalha essencial, pois que afastou a tirania da minoria para restabelecer a necessidade da democracia da maioria e esta é a aquela que deverá prevalecer sem os excessos extremistas.

O texto constitucional não sairá com rapidez, mas será infinitamente melhor, porque fruto da discussão, do que aquele imposto pela minoria, que assumira a Comissão de Sistematização, preocupada em suas convicções ideológicas e não em saber qual a real vontade da Nação brasileira. A maioria do Congresso representa a maioria do povo. A minoria representa a minoria. Que prevaleça o pensamento da maioria, após o exame e as ponderações da minoria, pois só assim se viverá a democracia.

O certo é que o Poder Legislativo, hoje, não se oporá a que o presidente assumira a presidência, nem vetará uma política como aquela que sugerimos em matéria econômica, posto que as esquerdas, que lhe são contrárias, são minoria. E o Poder Judiciário, na sua admirável postura, continuará examinando o direito posto, verdadeira reserva da nacionalidade que é.

Se o problema econômico for solucionado, será também o problema social e, por decorrência, o político. E os 15 meses programados poderão se converter em 39.

O saldo de 1987 não é bom, mas não chega a eliminar a possibilidade de correção de rumos, principalmente após a liberdade ofertada pelo deputado Ulisses Guimarães para que o presidente assumira a Economia, em reconhecimento do fracasso da política econômica do PMDB de setembro de 1985 a novembro de 1987, assim como o restabelecimento da liberdade constituinte de escolher, pela maioria, o melhor texto constitucional para o país.

Ives Gandra da Silva Martins

.6.

Apesar de parlamentarista convicto, enquanto não tivermos o parlamentarismo, espero que o presidente da República aproveite a oportunidade e assuma, de uma vez, a presidência.



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Ives Gandra da Silva Martins', with a large, sweeping flourish above it. The signature is written in a cursive style.